



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ÍNDICE (Fontes: Divisão de Expediente TJAM, Diário Oficial do Estado/AM e Diário da Justiça Eletrônico TJAM)

(Assentamentos Regimentais; Resoluções e Leis que alteraram o Regimento Interno)

ANO - 1991

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 01/1991, DE 14/02/1991 (DOE 26/02/1991).

Compete às Câmaras Criminais Isoladas o processo e julgamento dos Prefeitos Municipais.

ANO - 1992

RESOLUÇÃO N.º 118/1992 (DOE 18/03/1992).

Dispõe sobre a Distribuição feita por processamento eletrônico de dados.

ANO - 1993

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 02/1993, DE 16/12/1993 (DOE 29/12/1993).

Revoga o Assentamento Regimental n.º 01/1991 e dispõe sobre a competência do Tribunal Pleno para julgar Prefeitos Municipais.

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 03/1993, DE 16/12/1993 (DOE 29/12/1993).

Dispõe sobre a distribuição de processos de forma eletrônica e forma manual.

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 04/1993, DE 16/12/1993 (DOE 29/12/1993).

Dispõe sobre assinatura dos acórdãos em decisões do TJ ou das Câmaras.

ANO - 2002

RESOLUÇÃO N.º 24/2002, DE 26/09/2002 (DOE 04/10/2002).

Dispõe sobre a Revista de Doutrina e Jurisprudência do TJAM.

ANO - 2004

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 01/2004, DE 07/10/2004 (DOE 20/10/2004).

Dispõe sobre o funcionamento das Câmaras Isoladas.

ANO - 2006

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 01/2006, DE 13/07/2006 (DOE 26/07/2006)

Dispõe sobre a ordem na pauta de julgamento acerca das indicações e propostas de resoluções apresentadas ao Plenário.

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 02/2006, DE 14/09/2006 (DOE 22/09/2006)

Dispõe sobre a ordem na pauta de julgamento acerca das indicações e propostas de resoluções apresentadas ao Plenário.

ANO – 2010

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 01/2010, DE 31/08/2010 (DJE 03.09.2010).
Data e horário das sessões do Tribunal Pleno.

ANO – 2011

ASSENTAMENTO REGIMENTAL N.º 01/2011, DE 15/02/2011 (DJE 20.02.2011).
Redistribuição de processos nos casos de afastamento de Desembargador.

LEI COMPLEMENTAR N.º 94/2011, 21/12/2011 (DOE 21/12/2011).
Substituição dos Dirigentes do TJAM em casos de impedimentos, ausências, licenças e férias.

ANO – 2012

RESOLUÇÃO N.º 05/2012, 06/03/2012 (DJE 19/03/2012).
Julgamento de Processos por Meio Virtual.

RESOLUÇÃO N.º 08/2012, DE 17/04/2012 (DJE 20/04/2012).
Suspensão de Distribuição Processual para Desembargadores Dirigentes do TJAM.

RESOLUÇÃO N.º 10/2012, DE 14/08/2012 (DJE 17/08/2012).
Distribuição de Processos para Desembargadores que se transferiram de Câmaras – (Res. 150/2012-CNJ).

RESOLUÇÃO N.º 15/2012, DE 04/12/2012 (DJE 25/01/2013).
Critérios de Substituição entre Membros da Magistratura (Ver art. 1.º, § 5.º) - Capital e Interior.

ANO – 2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 126/2013, DE 07/11/2013 (DOE 07/11/2013)
Dispõe sobre o aumento do número de Desembargadores para vinte e seis (26), bem como acerca do funcionamento de quatro (04) Câmaras Cíveis Isoladas e duas (02) Câmaras Criminais Isoladas.

ANO – 2016

EMENDA REGIMENTAL N.º 01/2016, DE 15/03/2016 (DJE 18/03/2016)
Acrescenta o artigo 124-A ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Ref. resultado da votação de Apelação Cível, de Ação Rescisória que rescinda a sentença ou de Agravo de Instrumento).

